



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Trabalho de Conclusão de Curso

**Misoginia, Feminismo e Representações Sociais: O Processo de
Impeachment de Dilma Rousseff na Imprensa Brasileira (2010-2016)**

Beatriz Monteiro Lemos

Artigo apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Ciências Humanas da Universidade de
Brasília como requisito parcial para obtenção do grau
de licenciada em História.

Orientadora: Dra. Edlene Oliveira Silva

Coorientadora: Dra. Roberta Gregoli

Brasília, DF
2017

**Misoginia, Feminismo e Representações Sociais:
O Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff na Imprensa Brasileira (2010-
2016)**

Beatriz Monteiro Lemos¹

Resumo

Este artigo se propõe a analisar as representações misóginas da presidenta Dilma Rousseff na grande imprensa brasileira, sob uma perspectiva histórica e a partir das concepções de representações sociais, de Denise Jodelet, e de tecnologias de gênero, de Teresa de Lauretis. Analisa-se imagens e textos sobre Rousseff veiculadas em revistas e blogs brasileiros entre 2010 e 2017 e com ênfase no período de processo de *impeachment*. A pesquisa busca refletir sobre como a imprensa contribui para a perpetuação de estereótipos sobre as mulheres, sua aparência, sexualidade, sanidade mental e capacidade intelectual, especialmente aquelas que historicamente ocupam funções públicas e políticas como Rousseff. Por fim, o artigo aponta a importância da democratização da mídia como um instrumento de conquista da igualdade de gênero no Brasil.

Palavras Chaves: Dilma Rousseff; *impeachment*; feminismo; misoginia; representações sociais; imprensa.

¹ Graduanda em História - Licenciatura na Universidade de Brasília.

1. Introdução

Na história do Brasil, a mídia desempenhou papel fundamental na influência da opinião popular e na construção da imagem de pessoas públicas. Em momentos políticos incertos, como em períodos de crise econômica ou campanhas eleitorais, fomentou a eclosão de manifestações populares de apoio ou repúdio a governos e lideranças políticas.

É comum que as mídias selecionem conteúdos de acordo com o que considera prioridade. Nos estudos sobre os efeitos que os meios de comunicação exercem na formação da opinião pública existe uma hipótese conhecida como *media setting*, “segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 2001, p. 169).

Dentre os temas políticos incluídos no *media setting*, ou agendamento, costuma ser rara a aparição de mulheres, ainda pouco representadas no parlamento brasileiro. Quando representadas, muitas vezes o que é retratado refere-se a sua aparência, sexualidade e dúvida sobre sua capacidade em comandar um cargo público, como foi o caso da presidenta Dilma Rousseff, eleita pelo Partido dos Trabalhadores.

A mídia brasileira teve grande papel na produção e divulgação de representações negativas de Rousseff que circularam no imaginário social² durante suas campanhas eleitorais, em 2010 e em 2014, seus dois mandatos, entre 2011 e 2016, e durante o processo de *impeachment*, que foi aceito pela Câmara dos Deputados em dezembro de 2015 e se concretizou no dia 31 de agosto de 2016.

Considerando o papel central da mídia na difusão de representações sociais que instituem o imaginário brasileiro a partir de veiculação de crenças, valores e percepções de mundo, o objetivo desse artigo é analisar algumas representações da presidenta Dilma Rousseff na imprensa brasileira entre julho de 2010 e abril de 2016. Busca-se compreender como as questões de gênero, sexismo e misoginia foram fundamentais no

² O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade. É por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo (MORAES, 2002).

processo de *impeachment*, cuja campanha se intensificou a partir do segundo mandato e que entrou em declínio em agosto de 2016 com seu afastamento do cargo.

Para tanto, fontes do período entre julho de 2010, época de campanha eleitoral do primeiro mandato de Rousseff, e abril de 2016, no auge da campanha pró-*impeachment*, serão analisados sob uma perspectiva histórica. As imagens e textos serão compreendidos como “representações sociais”, na definição de Denise Jodelet (1991), em diálogo com o conceito de “tecnologias de gênero”, de Teresa de Lauretis (1987).

Duas linhas de análise serão traçadas: as representações de Rousseff sob a ótica i) de prostituição e estupro e ii) de loucura e histeria. Para a primeira linha de análise, as fontes são uma charge do jornal *Folha de São Paulo*, uma reportagem da revista *Época* e um adesivo automobilístico, disponível em um blog. Para a segunda, uma reportagem da *Istoé*, uma do *El País* e duas do *Estadão*.

Serão analisadas as percepções de gênero (noções de feminino/masculino, mulheres/homens) e estereótipos de comportamentos atribuídos às mulheres, como “desequilíbrio”, “sexualidade”, “emoção”, “autoritarismo”, “fragilidade” e “loucura”. Assim, algumas hipóteses serão identificadas, buscando construir uma análise sobre a forma como as mulheres são representadas quando envolvidas no campo político. No caso da Rousseff, se buscará saber em que medida as representações podem ter influenciado ou não na construção de um imaginário social que contribuiu para o *impeachment*.

Espera-se que, ao analisar o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na imprensa e o contexto histórico no qual ele foi produzido, se forneça elementos para identificar os preconceitos de gênero produzidos e reproduzidos sócio historicamente e difundido pela mídia brasileira.

Também se espera dismantelar concepções estereotipadas a respeito das mulheres, frequentemente associadas à maternidade, à família, à beleza e ao âmbito doméstico. Quando reivindicam o espaço público, quase sempre são apontadas como loucas, incapazes, avaliadas por suas roupas, seu corpo e por seu comportamento sexual.

Assim, o artigo pretende contribuir para a compreensão da desigualdade de participação das mulheres na política e na sociedade brasileira.

2. Contexto

É muito comum que a imprensa determine o que receberá enfoque e como será esse enfoque, o que abre espaço para a manipulação de informações a fim de atender interesses políticos. Um caso célebre de manipulação midiática foi o decisivo debate eleitoral para a presidência da República ocorrido no dia 14 de dezembro de 1989 entre os candidatos Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, às vésperas do segundo turno das eleições, que aconteceram no dia 17 de dezembro. Naquele ano, haveria as primeiras eleições diretas no país após um período de 29 anos sem democracia, sendo 21 deles de regime militar.

No primeiro turno das eleições de 1989, os níveis da intenção de votos de Collor e Lula permaneceram estáveis, embora Collor tivesse perdido seguidores em relação ao período pré-eleitoral. Em disputa acirrada com o terceiro colocado, Leonel Brizola, Lula obteve cerca de 450 mil votos a mais que Brizola, com 11,6 milhões (16,08%) de votos contra 20,6 milhões (28%) de votos de Collor³.

No segundo turno, a popularidade de Lula crescia e poderia colocar em risco a vitória de Collor, candidato que foi incensado pelos maiores veículos de comunicação do país como um jovem e promissor político. O debate do segundo turno foi transmitido simultaneamente pelas redes Globo, Bandeirantes, Manchete e SBT⁴. A audiência somou 66 pontos no IBOPE e foi fundamental na vitória de Fernando Collor de Mello.

Vinte e dois anos depois do debate, um dos principais chefes da Rede Globo de Televisão à época confessou que a emissora assumiu o lado de Fernando Collor em contraposição a seu concorrente Lula. Em entrevista ao programa “*Dossiê*” da Globo News, que foi ao ar em 26 de novembro de 2011, José Bonifácio Sobrinho, o Boni, confessou que a emissora foi procurada pela assessoria do então candidato Fernando Collor para que transformassem sua imagem e o deixassem mais “simples”. Como afirmou Boni,

Então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, botar um pouco de suor com uma ‘glicerinazinha’ e colocamos as pastas todas que estavam ali com supostas denúncias contra o Lula – mas as pastas

³ ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS – 1989. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1989/o-primeiro-turno.htm>> Acesso em 04/10/2017.

⁴ DEBATE COLLOR X LULA. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>>. Acesso em 28/08/2017.

estavam inteiramente vazias ou com papéis em branco. Foi uma maneira de melhorar a postura do Collor junto ao espectador para ficar em pé de igualdade com a popularidade do Lula⁵.

No dia seguinte ao debate, o Jornal Nacional da Globo apresentou uma reportagem com alguns recortes dos principais momentos do debate e parte da classe intelectual e artística protestou alegando que houve favorecimento de Fernando Collor nas edições dos trechos. O próprio Partido dos Trabalhadores, legenda de Lula, moveu uma ação contra a Globo no TSE, exigindo que novos trechos fossem exibidos, mas o recurso foi negado⁶.

Desde então, tornou-se norma nas emissoras de televisão que não se editem mais debates eleitorais: estes devem ser transmitidos na íntegra e ao vivo. No entanto, tal avanço com relação aos debates televisionados não representou o fim das possibilidades de manipulação da mídia, que seguiu desempenhando papel importante na formação da opinião pública.

A despeito da desqualificação das mulheres para exercer cargos políticos de grande visibilidade, elas estão cada vez mais presentes na política brasileira, ainda que em minoria, já que esse espaço foi construído historicamente como exclusivamente masculino. A eleição de Dilma Rousseff⁷, no ano de 2011, como Presidenta da República representou uma importante conquista para as mulheres na política e uma vitória da luta pelo reconhecimento da capacidade das mulheres para assumir cargos de chefia em todas as instâncias de poder. No entanto, imediatamente após a reeleição em 2015 intensificou-se uma campanha política, midiática e popular, entre algumas camadas sociais, pelo impedimento da presidenta eleita⁸.

⁵ BONI CONFESSA MANIPULAÇÃO DO DEBATE LULA X COLLOR. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VrpurEkmJkU>>. Acesso em 28/08/2017.

⁶ DEBATE COLLOR X LULA. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>> Acesso em 03/10/2017.

⁷ Rousseff teve uma trajetória importante na história do Brasil. Interessou-se desde a adolescência pela política e participou do movimento estudantil, principalmente após o golpe militar de 1964. Nessa época, engajou-se em uma organização chamada Política Operária (POLOP) e logo optou pela luta armada, inserindo-se no Comando de Libertação Nacional (COLINA) e, depois, na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)- da qual seria a grande líder. Foi presa entre 1970 a 1972 e sofreu torturas que estão detalhadas no relatório final da Comissão da Verdade. Além de seu protagonismo na luta contra o estado ditatorial, Rousseff foi, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Ministra de Minas e Energia e a primeira mulher a assumir a chefia da Casa Civil.

⁸ Nos 126 anos de República, o Brasil teve 36 governantes, mas apenas 12 foram eleitos diretamente e terminaram o mandato. De 1926 pra cá, dos 25 presidentes, apenas cinco foram eleitos pelo voto popular e permaneceram no posto até o fim: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff

Problemas políticos, econômicos e éticos foram determinantes no processo de impedimento. Desde o governo Lula, as elites políticas e econômicas do país somaram esforços a fim de retomar o poder por meio da presidência e, principalmente a partir do governo Dilma, se articularam a fim de reestabelecer um governo com projetos políticos neoliberais e conservadores.

Por meses, a oposição ao governo Rousseff articulou-se e, com o respaldo dos grandes meios de comunicação, mobilizou setores da população pelo *impeachment* em grandes manifestações de rua, muitas delas financiadas por partidos políticos⁹. As mobilizações políticas e midiáticas resultaram na redução do nível de confiança do governo e na dúvida sobre a capacidade política de Rousseff para administrar os problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país.

Os argumentos de gênero, amplamente difundidos pela imprensa, somaram-se aos interesses políticos e consistiram num fator de desqualificação da presidenta Rousseff, de forma a considerá-la inapta a exercer um cargo máximo de poder político como a presidência de um país por ser mulher e por ser de um partido tradicionalmente de esquerda.

As mídias intensificaram a campanha de desqualificação da imagem da presidenta, segundo a hipótese do *media setting*, com argumentos de gênero sexistas e misóginos. É importante sublinhar que não só a presidenta sofreu esse tipo de representação midiática pejorativa. Geralmente, as mulheres que ocupam cargos públicos são constantemente alvo de comentários machistas e misóginos com o intuito de desqualificá-las para a atuação na esfera política.

3. As representações sociais e a questão de gênero

Os textos e imagens veiculados na imprensa brasileira serão entendidos como representações sociais na acepção de Denise Jodelet. Segundo essa autora, as representações sociais são “sistemas de interpretação que regem nossa relação com o

(210-2014, primeiro mandato). No entanto, em seu segundo mandato (2015-2016), a presidenta Dilma Rousseff juntou-se a outros seis presidentes depostos. São eles: Washington Luís (1926-1930), Júlio Prestes, Getúlio Vargas, Carlos Luz, João Goulart (1961-1964) e Fernando Collor (1990-1992).

⁹ ÁUDIOS MOSTRAM QUE PARTIDOS FINANCIARAM MBL EM ATOS PRÓ-IMPEACHMENT. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>> Acesso em 24/10/2017.

mundo e com os outros” (2001, p. 22), ou ainda, como assevera Sêga (2000, p. 1), são o “processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas”. As representações sociais circulam nos discursos, palavras, veiculam em mensagens e imagens midiáticas; são produto de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade (JODELET, 2001, p. 22).

Moscovici (1961) aponta que, no nível das comunicações, as representações sociais encontram-se na discrepância de informações relativas ao objeto apresentado, focando sob certos aspectos deste objeto em função de determinados interesses (JODELET, 2001, p.32).

Gênero é outra categoria de análise fundamental para a compreensão das imagens de Dilma Rousseff na mídia. Segundo Teresa de Lauretis, gênero é a representação de uma relação construída, um conjunto de comportamentos, e é produto de tecnologias sociais como a internet, o cinema, a televisão, os jornais e revistas dentre outros meios de comunicação - as chamadas tecnologias de gênero (1987, p. 3). Esses meios constroem e veiculam representações sobre gênero nas quais “mulheres e homens continuam a ocupar lugares tradicionalmente traçados segundo sua ‘natureza’ feminina ou masculina” (SWAIN, 2001), o que reforça estereótipos tais quais “política não é lugar de mulher”.

A representação de Rousseff na imprensa é, vista na perspectiva da teoria das tecnologias de gênero, constantemente carregada de significações negativas, uma vez que a presidenta não assume os papéis esperados para uma mulher. Ao assumir a presidência, se colocar firme em suas posições e quebrar padrões estéticos, abre-se espaço para que a sociedade a defina e construa uma visão manipulada da realidade. Segundo Latour,

De todas as atividades humanas, a fabricação dos fatos é a mais intensamente social; foi essa evidência que permitiu recentemente à sociologia das ciências desenvolver-se. O destino de um enunciado está, literalmente, nas mãos de uma multidão: cada um pode esquecê-lo, contradizê-lo, traduzi-lo, modificá-lo, transformá-lo em artefato, escarnecer dele, introduzi-lo num outro contexto a título de premissa, ou, em alguns casos, verificá-lo, comprová-lo e passá-lo tal qual a outra pessoa, que, por sua vez, o passará adiante (*apud* JODELET, 2001, p.30).

Desta forma, nota-se que a hipótese do *media setting* está relacionada com a teoria das representações sociais nos meios de comunicação, pois o destaque das mídias para a figura de Dilma Rousseff possibilita uma série de interpretações a seu respeito. Para parte dos brasileiros que têm acesso a discursos misóginos por meio da imprensa, torna-se senso comum que ela é de fato incapaz, burra, histérica e incompetente. Este processo consiste na dinâmica social das representações sociais, que envolvem a organização dos conteúdos, significações e a utilidade que são conferidas.

4. As lutas das mulheres por participação política

A luta das mulheres por participação no mundo político em igualdade com os homens foi um processo histórico longo. Esse processo está relacionado às reivindicações e à organização do movimento feminista desde, pelo menos, o século XVIII¹⁰. No Brasil, a reivindicação pelo sufrágio teve início ainda no período da Proclamação da República em 1889, mas a expectativa por direitos políticos na República foi frustrada pela Assembleia Constituinte de 1891 que se calou sobre o direito ao voto feminino. Inúmeras mulheres brasileiras como Bertha Lutz (1894-1976), uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, foram fundamentais na conquista do voto pelas mulheres no Brasil que só ocorreu em 1932.

¹⁰ Em 1791, no período da Revolução Francesa, a escritora francesa Olympe de Gouges (1748-1793) redigiu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* em contraponto à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, mencionando a igualdade jurídica e política entre homens e mulheres, o direito das mulheres ao voto, às instituições públicas, à propriedade e à liberdade pessoal. Porém, Olympe foi guilhotinada em 1793 e seu texto foi ignorado e permaneceu esquecido até 1986.

A obra *A Reivindicação dos Direitos da Mulher*, publicada em 1792 pela filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), é considerada um marco na reivindicação pelo acesso das mulheres à política e na luta por igualdade. Em 1832, a potiguar Nísia Floresta (1810-1885) traduziu livremente esta obra com o título de *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, adaptando o texto original à realidade brasileira e buscando conscientizar as mulheres sobre seus direitos, principalmente à educação. Ao clamar por mudanças na ordem social, este texto é considerado, por muitos, o texto fundante do feminismo no Brasil. Já nos Estados Unidos, em 1848, em uma convenção de apoio às mulheres, foi lançada a *Declaração de Sentimentos*, documento redigido por Lucretia Coffin (1793-1880) e Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e assinado por outras 68 mulheres. O documento ficou famoso por afirmar a igualdade entre homens e mulheres e também tornou-se marco no feminismo estadunidense. Durante o XIX e início do século XIX, uma das principais reivindicações do movimento feminista ficou conhecida como sufragismo: a conquista pelo poder político, inicialmente o direito ao voto. Com muita luta e conforme o período e contexto histórico, a atuação dos movimentos feministas foi aos poucos conquistando o direito de votar às mulheres de várias partes do mundo.

A questão da participação política das mulheres é uma demanda dos movimentos feministas pelo menos desde o início do século XX. Durante a década de 1960, a ativista estadunidense Carol Hanisch criou o bordão que marcou a atuação de luta das mulheres nesse campo: *The personal is political* (o pessoal é político) reforçando que a emancipação das mulheres está atrelada ao social e deve ser discutida politicamente. O caráter político dos estudos feministas problematizou, subverteu, transgrediu a objetividade e neutralidade que eram as condições indispensáveis para uma pesquisa ser considerada científica.

Como sublinha Louro, “pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumiam com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres” (1997, p.19) e que os estudos numa perspectiva feminista tinham (e têm) pretensões de mudanças políticas e sociais na situação de desigualdade das mulheres na sociedade.

Na década de 1960, o Brasil e outros países latino americanos passavam por período de regimes autoritários, momento em que a luta pela redemocratização coincidiu com o fortalecimento dos movimentos de mulheres. Estes movimentos ampliaram seus espaços de atuação política inclusive em guerrilhas armadas rurais e urbanas e costumavam atrelar-se a movimentos marxistas, articulando as relações de gênero às estruturas de classe e contestando as relações de poder. No período, as mulheres costumavam se articular em clubes de mães, associações, comunidades eclesiais, movimentos estudantis, partidos e sindicatos, e muitas deram suas vidas à luta pelo fim das ditaduras de seus países¹¹.

No campo da representação política, a recuperação dos protagonismos das mulheres na história é um aspecto fundamental nos movimentos feministas especialmente a partir de 1960. Nas universidades, as feministas começaram a criticar o androcentrismo da produção acadêmica e propuseram a escrita da História por mulheres e sobre mulheres como ferramenta fundamental para a difusão dos feminismos e ampliação de discussões acerca da questão da desigualdade de gênero na sociedade (RAGO, 1998, p. 3).

¹¹ MULHERES. Disponível em <<http://memoriasdeditadura.org.br/mulheres/index.html>> Acesso em 17/09/2017.

Segundo Joan Scott, “a escrita das mulheres na história envolve necessariamente redefinir e expandir as noções tradicionais de significância histórica para abranger experiências pessoais e subjetivas, além de atividades públicas e políticas” (1986, p. 184).

Enquanto no campo acadêmico as mulheres conquistam seu espaço de estudo, no campo da política institucional, no Brasil, a participação das mulheres no Congresso Nacional ainda é uma das mais baixas do mundo: o país ocupa a 154ª posição entre 193 no *ranking da Inter-Parliamentary Union*¹² com cerca de dez por cento de mulheres nos cargos de deputadas federais, e isso nas eleições de 2014, mesmo após 16 anos da vigência de 30% de cotas em eleições proporcionais para candidaturas no legislativo (ARAÚJO, 2014).

Com relação aos níveis estaduais e municipais, as estatísticas mostram ainda menos mulheres no campo político: das 18 que concorreram ao governo estadual, apenas uma tornou-se governadora em 2014 (Suely Campos, de Roraima), e nas Assembleias Legislativas, apenas 11,3% são mulheres.

A conquista do voto das mulheres no Brasil, em 1932, fez parte de uma trajetória de lutas feministas por participação política das mulheres tanto como cidadãs votantes como candidatas a cargos eleitorais, mas a luta pela efetiva inclusão das mulheres na política e pelo seu reconhecimento vai além do voto. Embora o eleitorado de mulheres consista em 53% do total de votantes do país¹³, apenas em 2011 o Brasil teve sua primeira presidente mulher.

Nota-se no Brasil, portanto, uma baixa representatividade das mulheres. Excluídas dos espaços de decisão, não é possível a realização da plena democracia:

O conceito de democracia só assumirá significado verdadeiro e dinâmico quando as políticas e legislações nacionais forem decididas conjuntamente por homens e mulheres com equidade na defesa dos interesses e atitudes de um e de outros (Resolução sobre Mulher e poder político da IPU, 1994).

¹² 5 DADOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>> Acesso em 10/06/2017.

¹³ MULHERES SÃO MAIORIA DA POPULAÇÃO E OCUPAM MAIS ESPAÇO NO MERCADO DE TRABALHO. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em 12/06/2017.

Sistematicamente, as mulheres são submetidas a leis que vão contra seus direitos e reivindicações, pois são excluídas do poder de decidir sobre assuntos que as afetam diretamente. Tal crise de representatividade não possui relação com a capacidade, inteligência, falta de interesse na política ou a “essência” do sexo biológico, mas está ligada ao estímulo que recebem, às hierarquias de gênero e aos mecanismos cotidianos que colaboram para a reprodução dessas hierarquias, desencorajando-as a seguir carreira na vida pública:

A participação de homens e mulheres na vida pública não é aleatória, fruto de desejos pessoais, particulares, muito menos de aptidões ou habilidades naturais de cada sexo. Somos socialmente educados e educadas para gostar mais ou menos de política, de economia, de leis, quer sejamos homens ou mulheres (Livro de conteúdo GDE, 2009, p. 30).

Via de regra, as mulheres que ousam entrar no mundo da política sofrem preconceito de gênero e são tratadas pelos seus pares homens como incapazes de atuar nesse âmbito por serem mulheres.

A forma como homens e mulheres agem em sociedade está diretamente atrelada aos papéis de gênero, ou seja, “comportamentos aprendidos segundo os quais as pessoas estão condicionadas para perceber certas atividades como femininas ou masculinas” (CEPAL, 2006, p. 225). As atividades políticas, por exemplo, atribuem-se ao masculino, enquanto às mulheres costuma-se atribuir tarefas domésticas e um caráter “natural” de subordinação. Para Piscitelli,

esta subordinação é questionada, uma vez que ela é decorrente das maneiras como a mulher é socialmente construída. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível modificar o espaço social por elas ocupado (2001, p.2).

A eleição de Rouseff para a presidência preencheu um vácuo de mais de cem anos de República sem que nenhuma mulher tenha ocupado este cargo. Representou, também, mais um passo na desconstrução das imagens atreladas ao que seria o papel das mulheres na sociedade.

5. Dilma Rouseff na Imprensa Brasileira: Prostituição e Estupro

5.1 “A prostituta”

Questionar a manutenção dos estereótipos femininos na mídia é uma medida urgente para criar uma resistência capaz de estimular a criação de políticas públicas de comunicação na perspectiva de gênero, para que assim possamos avançar na construção de uma democracia com igualdade entre os gêneros (MIRANDA, 2017, p. 365).

Na imprensa brasileira é possível identificar textos, capas e manchetes que tratam especificamente da presidenta Dilma Rousseff durante seus dois mandatos. Essas mídias veicularam imagens e textos associados ao gênero, utilizando termos como “durona”, “nervosa”, “louca” e “incapaz”.

A língua é uma importante ferramenta para distinguir homens e mulheres e para reforçar a desigualdade. Muitas vezes entendida como apenas um veículo de comunicação imbuído de neutralidade, é incomum que se questione a escolha de expressões, palavras, símbolos, imagens e gestos, mas na realidade a língua não apenas expressa relações e poderes; ela é o “campo mais eficaz e persistente onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades” (LOURO, 1997, p. 65).

Em 8 de julho de 2010, durante o período de campanha eleitoral de Dilma Rousseff, o jornalista da Folha de São Paulo Josias de Souza publicou uma charge na qual retratou a candidata como uma prostituta. Na intenção de criticá-la por conta de seu programa eleitoral, a charge a retrata como uma “candidata de Programa” que agrada aos aliados (os “fregueses”) fazendo “barba, cabelo e bigode”, “papai e mamãe e por aí vai...”.



Imagem 1 - Charge de Josias de Sousa (8/7/2010).

Fonte: Blog do Miro.

Quando representada como prostituta, a imagem veiculada pelo jornal associou Rousseff a um dos discursos mais depreciativos quando se objetiva desqualificar uma mulher. A imagem da prostituta em contraposição à da mulher honesta e respeitável percorreu um longo caminho histórico desde o cristianismo com o mito de Adão e Eva. Eva, considerada prostituta, assim como Maria Madalena, e Maria, mãe de Jesus, vista como Santa. Segundo Swain (2000), a imagem da prostituta se contrapõe a da mãe. Dessa forma é, “um binômio constitutivo da representação social das mulheres. Mãe e esposa: sexo domesticado, moralidade, espaço privado, família, reprodução do social. Prostituta: mulher pública, liberação do vício e da lascívia latentes no feminino” (p. 53). Ser ou não ser considerada prostituta diferenciava as mulheres entre elas e lhes atribuía um lugar social, e tais representações persistem até hoje.

Historicamente, no Ocidente, o controle sobre o comportamento sexual das mulheres cresceu principalmente a partir da disseminação do cristianismo¹⁴. No imaginário cristão, durante séculos, as mulheres foram consideradas seres perigosos e sedutores, inclinados para o sexo, o adultério e a sedução, independentemente de serem prostitutas ou não. Nessa perspectiva, as mulheres eram propensas a serem prostitutas

¹⁴ A imagem negativa da prostituta foi consolidada no medievo, como mostra Jacques Roussaud em seu livro *A Prostituição na Idade Média* (1991) ao descrever prostituição no período medieval, considerada um pecado grave e uma condição demoníaca. Segundo São Tomás de Aquino, “o que é vergonhoso é a condição de prostituta, não o que ela ganha” (1991, p. 12).

ou consideradas prostitutas “por natureza” e a religião foi fundamental para reforçar essa imagem pecaminosa das mulheres. A associação de Rousseff à prostituição é um claro exemplo de insistência machista em marcar as mulheres com características negativas que denotam na sociedade a fragilidade moral e a promiscuidade das mulheres.

As prostitutas eram definidas como as mulheres que “se davam publicamente, sem escolher, por dinheiro e sem prazer” (ROUSSIAUD, 1991, p. 12) e agiam de maneira contrária aos ensinamentos cristãos ao se entregarem fisicamente a homens sem estarem unidas a eles por laços matrimoniais. A prostituta medieval era concebida como uma mulher que utilizava seu próprio corpo para que homens de todos os tipos pudessem satisfazer os seus desejos carnis mais profundos¹⁵.

Como discute Margareth Rago (2008) ao abordar a prostituição na sociedade colonial brasileira, a dicotomia esposa *versus* prostituta foi reforçada com a criação de leis para estigmatizar as prostitutas e garantir a submissão das esposas. A prostituição simbolizava, resumindo, uma ameaça à subversão dos códigos de comportamentos estabelecidos.

A seleção de símbolos e a atribuição de significados aos sujeitos não é aleatória. Representar a candidata à presidência como prostituta tratou-se uma escolha política para deteriorar sua imagem ao reproduzir um estereótipo da prostituta: uma mulher que não merece respeito, pois ousa ocupar o espaço público e o político, historicamente destinados aos homens. Assim, se reforçam as desigualdades, pois

a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros (do mesmo modo como

¹⁵ Nesse sentido, uma meretriz é aquela que se encontra disponível para atender os desejos de muitos homens, o que lhe atribuía uma “responsabilidade social e um encargo moral de defesa da ordem coletiva” (RAGO, 1991, p. 49): manter casamentos, evitar a sodomia (homossexualidade) e evitar assassinatos e a violência dos homens. A prostituição era vista como um meio de permitir que os jovens de todas as classes afirmassem sua masculinidade, aliviassem suas necessidades sexuais sem que se aproximassem das esposas e filhas respeitáveis e se desencorajassem em relação às práticas homossexuais. As famílias preferiam que os jovens usassem as prostitutas em vez de suas mulheres. Pela função de seu ofício, apesar de serem estigmatizadas e marginalizadas, as prostitutas eram, às vezes, toleradas pela Igreja e pelos poderes civis.

utiliza esses mecanismos em relação às raças, etnias, classes, sexualidades, etc.) (LOURO, 1997, p. 67).

Ao pensar na língua enquanto possível veículo de difusão de discriminações sexistas, crenças, concepções de mundo e papéis sociais de gênero que refletem/constroem o imaginário de uma sociedade, a professora do departamento de Psicologia da UnB, Valeska Zanello¹⁶, realizou uma pesquisa sobre questões de gênero relacionadas ao uso de determinadas palavras em nossa cultura. Na pesquisa, questionou quais seriam os piores xingamentos para homens e mulheres e em que situações.

Tanto para homens quanto para mulheres, os xingamentos mais frequentes se relacionam aos comportamentos sexuais, e isso se justifica pelos processos de subjetivação dentro da cultura pelos quais homens tornam-se homens e mulheres tornam-se mulheres¹⁷.

Dentre todos os xingamentos humilhantes aos quais as mulheres são submetidas, “puta” é o mais recorrente entre a população brasileira. Em todas as faixas etárias e gêneros, de 60% a 80% dos xingamentos direcionados a elas são relacionados a seu comportamento sexual ativo, e isso ocorre porque a subjetivação das mulheres se dá pelo dispositivo amoroso em que o ideal é o recato, o resguardo.

O xingamento, segundo Zanello, é uma arma poderosa de controle social e da sexualidade das mulheres, pois qualquer protagonismo em relação à própria sexualidade é condenado. Especificamente, a palavra “puta” enquanto xingamento “diz um lugar social que você não deve ocupar, que é punível, passível de punição”¹⁸.

Mesmo após ser eleita, Rousseff continuou a ser comparada a prostituta e ser xingada de “vadia”, “vaca”, “arrombada” e outros sinônimos. Em março de 2015, durante o pronunciamento em rede nacional pelo Dia Internacional da Mulher, foi

¹⁶ POR QUE XINGAMOS HOMENS E MULHERES DE MODO DIFERENTE? VALESKA ZANELLO- TEDXUNIVERSIDADEDEBRASÍLIA. Vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6kCoRgdeNNc>> Acesso em 24/10/2017.

¹⁷ Como os homens se subjetivam pelo dispositivo da eficácia, por meio da virilidade sexual e laborativa, os piores xingamentos os colocam em posições passivas (de mulher), como “veado”, “mulherzinha” ou “vagabundo” no sentido de produtividade e rendimento.

¹⁸ XINGAMENTOS E COMPORTAMENTO SEXUAL. Disponível em <http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/03/blogs/cotidiano/questao_de_genero/2090765-xingamentos-e-comportamento-sexual.html> Acesso em 09/11/2017.

possível ouvir esses tipos de xingamentos direcionados à presidenta em 12 capitais no Brasil, como demonstra a matéria do jornal *El País*¹⁹.

A representação imagética de Rousseff como prostituta permite uma análise da prostituição na sociedade. Assim, há o entendimento de que se trata de concepções sexistas e androcêntricas que fundamentam o pensamento moral ocidental sobre as mulheres e que estão presentes e se reproduzem nos dias atuais. Essas concepções associam as mulheres que ousam romper com as concepções de gênero tradicionais apenas ao uso do seu corpo, à burrice, incompetência, histeria e devassidão. Aos homens é atribuída a inteligência, a razão, a competência no comando dos cargos públicos e políticos, a força, a capacidade de diplomacia e resolução de conflitos, entre outras habilidades.

Até hoje, o gênero e a sexualidade de mulheres são constantemente atrelados a seus comportamentos, principalmente das mulheres que assumem cargos hierarquicamente superiores, seja para avaliações “positivas” ou “negativas”. Por exemplo, no intuito de elogiar a esposa de Michel Temer, Marcela Temer, a revista *Veja* a retratou, em 2016, como uma mulher “bela, recatada e do lar”, que cuida do marido e filho, da casa e da aparência²⁰. A difusão dessa imagem pela mídia foi utilizada para contrapor à imagem da presidenta Rousseff, que não seria um exemplo de “verdadeira” mulher porque não estava atrelada a um homem que a comandasse, não se dedicava exclusivamente ao mundo doméstico, ao cuidado com os filhos, ao casamento e a maternidade. Uma mulher ousar querer comandar um país das dimensões do Brasil é, para muitos, uma mostra de que Rousseff tem uma feminilidade “desviante”.

Ainda em 2015, foi publicado no site da revista *Época* um texto com diversas “revelações” a respeito da sexualidade de Dilma Rousseff²¹, intitulado “Dilma e o Sexo”. Devido à repercussão negativa, o autor João Luiz Vieira apagou no mesmo dia a reportagem, na qual afirmava que a “falta de erotismo” de Rousseff justificava os problemas do país:

¹⁹ “VACA” ATÉ QUANDO? Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425911342_272443.html> Acesso em 5/11/2107.

²⁰ MARCELA TEMER: BELA, RECATADA E DO LAR. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>> Acesso em 25/10/2017.

²¹ EDITOR DA ÉPOCA FAZ TEXTO SOBRE SEXUALIDADE DE DILMA E TIRA DO AR APÓS REPERCUSSÃO. Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/73940/editor+de+epoca+faz+texto+sobre+sexualidade+de+dilma+e+tira+do+ar+apos+repercussao>> Acesso em 02/10/2017.

A presidente da nação não entendeu o principal recado de boa parte dos manifestantes que foram às ruas no domingo, 16 de agosto: eles querem que ela expresse uma sexualidade, uma comunicação corporal que crie empatia, proponha, acrescente, acolha.

Em outra parte do texto, diz que é "bem provável que sua sexualidade tenha sido subtraída há pelo menos uma década, como que provando exatamente o contrário: poder e sexo precisando se aniquilar". Vieira também aponta que Rousseff criou um personagem para lidar com a rudeza de seu ofício, usando "conjunto blazer com mangas três quartos, todos com cortes idênticos, calça sempre de acordo com o tom da escolha para cobrir o tronco, e sapatos sempre baixos, sem cadarços, e joias semi-invisíveis".

A reportagem da revista *Época* tem um caráter machista e misógino, que associa a baixa popularidade de Rousseff e os problemas do país à "falta de erotismo" da presidenta, fazendo também referência ao seu modo de vestir que seria parte de um personagem rude e assexuado. A menção às vestes de mulheres em cargos públicos - curto demais, sério demais, masculino demais e repetido - não é comum para homens e reafirma a força da associação entre a aparência física e a capacidade profissional especificamente das mulheres.

A discriminação de mulheres que exercem profissões tradicionalmente "masculinas" se revela na reportagem, e se revela também, por exemplo, com a baixa representatividade política, a desigualdade de salários e as manifestações de violência contra as mulheres, inclusive o assédio no trabalho. Ou seja, em níveis representacionais, as mulheres se encontram em patamares assimétricos aos homens.

Swain (2001), ao estudar a representação das mulheres em revistas femininas, constatou que aquelas que aparecem exercendo profissões "não tradicionais", como em áreas de tecnologia, são apontadas como casos excepcionais. Para Swain, a escolha "é óbvia: ou a profissão e a carreira ou a felicidade. Mesmo com o espaço institucional aberto, o campo representacional restringe a atuação das mulheres, sancionando-as em sua vida pessoal" (p. 39).

As fontes analisadas revelam exatamente o reforço desse tipo de discurso: ao assumir uma profissão "masculina", Rousseff supostamente perdeu sua feminilidade - prova disso são suas roupas - e abriu mão de sua vida privada e sexual, como se profissão e vida pessoal não pudessem caminhar lado a lado.

A representação de Rousseff como prostituta e outras palavras associadas revela uma cultura machista de humilhação das mulheres, principalmente se utilizando do sexo para atacá-las. O xingamento de prostituta se revela também uma prática atrelada àquelas que subvertem e rompem com os papéis de gênero socialmente construídos, quando assumem, por exemplo, uma importante função pública.

5.2 A cultura do estupro: Dilma merece ser estuprada?

O uso das “tecnologias de gênero”, na imprensa e em charges, por exemplo, para desqualificar mulheres governantes ou autoridades, data de séculos atrás, com o caso de Maria Antonieta (1755-1793), rainha da França entre 1774 a 1791, que foi retratada em diversas charges em situações pornográficas de orgias, adultério, lesbianismo e incesto, e, pela mídia, foi caracterizada como ninfomaníaca, promiscua, prostituta, entre outros adjetivos (PAIVA, 2016). A imprensa da época, no intuito de rejeitar a monarquia e defender uma revolução que acabasse com o autoritarismo vigente, foi responsável por divulgar imagens que não só personificavam o poder na figura de Maria Antonieta como também utilizavam sua intimidade e sua sexualidade como estratégia de sua desqualificação enquanto governante.

Imagem 2 - Charge representando Maria Antonieta em cena erótica com a duquesa de Pequigny.



Fonte: FlashBak.

O ódio misógino à presidenta Dilma Rousseff se manifestou novamente no início de seu segundo mandato, em 2015, quando o governo anunciou um pacote de aumento de impostos, incluindo uma taxa sobre os combustíveis²². Como forma de “protesto”, algumas pessoas produziram, venderam e colaram em carros adesivos com a imagem de uma montagem feita da presidenta com as pernas abertas no local de abastecimento, como se a bomba de gasolina a violentasse sexualmente, o que foi visto por muitas pessoas como uma grave apologia ao estupro e rendeu muitos protestos de movimentos sociais.

Imagem 3 (à esquerda) e imagem 4 (à direita) - Adesivos foram vendidos na internet e colados nos carros.



Fonte: Blog Fogo contra Fogo (Imagem 3) e Kiwi (Imagem 4)

A Secretaria de Política para as Mulheres encaminhou uma denúncia ao Ministério Público Federal, à AGU (Advocacia-Geral da União) e ao Ministério da

²² GOVERNO AUMENTA IMPOSTO SOBRE GASOLINA. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-aumenta-imposto-sobre-gasolina,1621996>> Acesso em 19/09/2017.

Justiça pedindo providências com o objetivo de investigar e responsabilizar quem produziu, divulgou e comercializou os adesivos para carros, lesivos aos direitos das mulheres e, em especial, da presidenta da República. Além disso, a ONU Mulheres lançou uma nota pública de repúdio ao “protesto”, no dia 3 de julho de 2015, solidarizando-se com a presidenta e afirmando que “tal episódio se configura como violência política sem precedentes. Nenhuma discordância política ou protesto pode abrir margem e/ou justificar a banalização da violência contra as mulheres – prática patriarcal e sexista que lhes invalida a dignidade humana”²³.

Navarro Swain (2008) conceitua o estupro como “a forma mais exemplar de apropriação”:

A apropriação social das mulheres pelos homens é âncora nas condições de imaginação sexual, pois são todas, em princípio, corpos disponíveis e desfrutáveis por definição, já que os papéis atribuídos socialmente às mulheres passam pela sedução, casamento, procriação, prostituição²⁴.

O estupro é uma evidência de que homens e mulheres são instituídos nas relações sociais e essa construção se dá com base na desigualdade, na qual o homem tem poder sobre as mulheres e seus corpos. Isso é fundamental para a própria construção do ser homem em nossa sociedade. Enquanto o imaginário da sexualidade das mulheres é daquelas que se esquivam para oferecer (o “não” significa “sim”), o impensado da sexualidade masculina é a “fraqueza” sexual; sua virilidade está associada ao lugar simbólico do masculino como espaço de iniciativa sexual, de imposição da vontade no plano sexual e de disponibilidade natural de apoderar-se do corpo das mulheres (MACHADO, 1998, p. 235). É o que aponta a pesquisa de Lia Machado, que entrevistou homens presos por estupro. Segundo a autora,

²³ 03.07.2016 – NOTA PÚBLICA: ONU MULHERES BRASIL REPUDIA ATAQUES SEXISTAS A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF E CONCLAMA TOLERÂNCIA ZERO AO MACHISMO. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-onu-mulheres-brasil-repudia-ataques-sexistas-a-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-e-conclama-tolerancia-zero-ao-machismo/>> Acesso em 19/9/2017.

²⁴SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. Disponível em: http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf. Acesso em 08/11/2017.

As representações de virilidade, suscitadas pelo campo das representações do estupro, nos levam a um “imaginário da sexualidade”, que pode ser caracterizado como um forte núcleo do “impensado de gênero” que distingue radicalmente os lugares do masculino e do feminino (1998, p. 234).

O trabalho de Machado aponta para a distinção entre mulheres “de família” e “prostitutas” e em como o estupro de mulheres desconhecidas facilita essa construção simbólica: quando se trata de uma mulher bêbada ou prostituta, perde a gravidade e se torna uma relação sexual banal, já que aquela estaria ali para servir ao homem de qualquer forma: “O estupro só se dá pela imposição de uma relação sexual com uma mulher de família” (1998, p. 242). Ainda segundo Machado,

O estupro é muito mais o lugar do exercício da afirmação da identidade masculina especular, em que a subjugação do corpo da mulher reassegura sua identidade masculina e reafirma o caráter sacrificial dos corpos das mulheres (p. 251).

A escritora Susan Brownmiller, em sua importante obra *Contra nossa vontade: Homem, Mulher e Estupro*²⁵, define o estupro como “um processo consciente de intimidação mediante o qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um constante estado de medo” (1993).

O estupro, de acordo com Brownmiller, não é uma questão de sexo, e sim de poder, medo e subjugação. Em diversas culturas, o estupro reiterou a ideia da mulher como propriedade do homem e foi usado como moeda de troca em guerras²⁶.

No Brasil, as estatísticas reforçam que o estupro está intrinsecamente relacionado ao poder dos homens, que não apenas estupra como também mata mulheres. Dados de 2016 apontam para treze assassinatos de mulheres por dia e cinco estupros por hora²⁷, e cerca de 84% dos atendimentos recebidos no primeiro semestre de 2016 no

²⁵ BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*. EUA: Simon and Shuster, 1975.

²⁶ Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, homens do Exército e da Marinha Imperial Japonesa forçaram mulheres chinesas, coreanas e de outras nacionalidades à prostituição e escravidão sexual. Elas ficaram conhecidas como *comfort women*, termo que remete ao “conforto” obtido por soldados por meio da violação de mulheres. No ano de 2011 durante a guerra civil na Líbia entre opositores e apoiadores da ditadura de Muamar al-Gadafi, a líbia Iman al-Obeidi acusou quinze homens da milícia de al-Gadafi de terem-na estupro ao longo de dois dias. O porta-voz do governo líbio confirmou o estupro, mas alegou que Iman é uma prostituta (o que ela negou). Isso mais uma vez traz à tona a amenização da violência quando se trata de uma mulher vista como prostituta, que por essa condição merece ou é até responsável pelo estupro.

²⁷ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/estatisticas/tableau-dignidade/>> Acesso em 05/11/2017;

Disque 180 foram denúncias por estupro²⁸. Mesmo que as mulheres denunciem essas agressões, muitas vezes realizadas por parentes (marido, irmão ou pai, por exemplo), inúmeras acreditam que “as vítimas de estupro provocam a agressão ao usarem roupas provocantes, como saias curtas e decotes avantajados” (DATA POPULAR, 2013).

Esses números alarmantes, somados à culpabilização da vítima e ao exemplo do adesivo em “protesto” a Rousseff reforçam que há no país uma *cultura do estupro*, termo usado para abordar “as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens” (ONU MULHERES, 2016).

A cultura do estupro envolve não somente a violação em si, mas todas as formas de atitudes sexualmente violentas contra as mulheres:

seja a humilhação, a objetificação, a fragmentação dos corpos femininos e a desumanização que possibilita que as mulheres sejam percebidas como alvo do desejo e da ação masculina e, ao mesmo tempo, corresponsáveis pela violência contra elas cometida (SILVA, 2017, p. 194).

Portanto, o adesivo de Rousseff a coloca como responsável pela violência coletiva que sofre, como merecedora de um estupro, pois é a culpada pelo aumento do preço da gasolina- em última instância, por ocupar este lugar público. Miranda (2017, p. 359) aponta que “quando você coloca a mulher na posição de objeto, e não de sujeito, você alimenta a cultura do estupro porque você alimenta a ideia de que ela é um objeto a ser possuído”.

Vale ressaltar que o preço da gasolina aumentou consideravelmente na gestão de Michel Temer e não há relatos de adesivos estuprando-o ou violentando-o sexualmente, o que revela um padrão duplo. O estupro deve ser visto como uma prática associada à própria constituição do masculino em nossa cultura (MIRANDO, 2017, p. 194), e tal constituição não envolve o corpo masculino enquanto ferramenta de depreciação ou humilhação.

As representações aqui exemplificadas de Dilma Rousseff sob a perspectiva de prostituição e estupro reforçam a cultura machista que se manifestou profundamente nos

²⁸ Correio Braziliense, 12/12/2016, p. 8.

mandatos da presidenta. Sua postura pública, enquanto gestora do Governo Federal, mostrou-se uma afronta à cultura do patriarcado segundo a qual o espaço que pertence às mulheres é o privado. Quando extrapolado esse limite, abriu-se a possibilidade para a representação de Rousseff prostituta e violentada. Historicamente, no Brasil, são esses os destinos oferecidos às mulheres que desafiam os espaços políticos pertencentes aos homens.

6. Mulheres: Loucura e Histeria

Em 6 de abril de 2016, já durante a intensa campanha em prol do *impeachment*, a revista *IstoÉ* publicou em sua edição semanal uma matéria que seria uma das maiores polêmicas com relação à misoginia contra Dilma Rousseff na imprensa. A capa da edição reproduz uma imagem da presidenta gritando e a seguinte manchete: “As explosões nervosas da presidente: em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o país”.

Imagem 5 - Revista *IstoÉ*, Edição nº2417. 6/4/2016. A foto original se trata da presidenta comemorando um gol do Brasil na Copa do Mundo de 2014.



Fonte: Revista IstoÉ.

A reportagem, cujo título é “Uma presidente fora de si”, tem como subtítulo “Bastidores do Planalto nos últimos dias mostram que a iminência do afastamento fez com que Dilma perdesse o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o país”. Na chamada da reportagem, identificam-se palavras como “surto”, “descontrole”, “fora de si”, “grita”, “xinga”, “ataca”, “condições emocionais” e “perda de equilíbrio”, uma quantidade enorme de adjetivos depreciativos que reforçam a suposta “histeria” e “loucura” de Rousseff.

Nota-se, nesta edição da *IstoÉ*, uma representação da presidenta utilizando-se de recursos imagéticos (a foto que remete a uma mulher histérica, estressada). Em pesquisa na internet são encontradas capas de jornais e revistas, como o *New York Post* com Hillary Clinton, política americana, em 2013.

Imagem 6 - Hillary Clinton com a legenda: “Não é de se admirar que Bill está com medo. Hillary explode com raiva na audiência de Benghazi”.



Fonte: Mediaite

Além da imagem, a reportagem a respeito de Rousseff apropria-se de recursos linguísticos para desqualificar a presidenta. Alguns trechos apontam que “segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca” e que

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente dismantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à

prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. A autoridade se esvai quando seu exercício exige exacerbar no tom, com gritos, berros e ofensas.

A construção de uma imagem histérica e desequilibrada da presidenta não é por acaso: remete a um longo histórico de loucura e histerização do corpo das mulheres, esta considerada uma condição médica reconhecida por cerca de 25 séculos. Entre os séculos XII e XVIII, a Igreja identificava nas mulheres uma forma do “Mal sobre a Terra”, um corpo impuro e uma natureza que reverberava problemas na alma feminina, como a histeria (PRIORE, 1999).

No entanto, é principalmente a partir do século XIX, que muitos médicos se empenharam em estabelecer diferenças não apenas físicas como psicológicas e morais entre homens e mulheres, determinando a inferioridade da mulher e enfatizando a periculosidade natural do sexo feminino. As mulheres seriam frágeis, loucas, perigosas e degeneradas por natureza.

O diagnóstico de histeria era utilizado para patologizar reações emocionais comuns, como medo e raiva, e desmerecer transtornos reais, como depressão e ansiedade, por serem “coisas de mulher”, consideradas naturais a esse gênero. A psicóloga americana Laurie Layton criou um conceito para explicar o resultado dessa questão em seu livro *O Complexo de Cassandra* (1988), que deu origem ao atual conceito de *gashlighting*, uma desqualificação das mulheres ao construí-las como ‘loucas’, ‘fora de controle’, ‘histéricas’ e, portanto, incapazes de tomar decisões importantes ou de ter opiniões respeitadas por conta de uma suposta fragilidade emocional.

Uma das principais causas da histeria seria a “falta de homens” (COLLING, 2015) e sintomas como ansiedade, pânico, questões sexuais ou quaisquer emoções expressas por mulheres as caracterizavam como bruxas, malditas, insanas e loucas. Até o século XIX eram utilizados tratamentos de choque, remoção do útero (pois o “furor uterino” era a origem da histeria), vibradores e a reclusão em asilos a fim de tratar dos sintomas.

Dessa forma, o discurso médico do século XIX afirmou que “a natureza das mulheres era potencialmente patológica, propensa a perturbações e desordens”, construiu papéis de gênero baseados nas diferenças sexuais e definiu o sexo como

responsável pelo destino social: homens como provedores e mulheres, mães e esposas (RAGO, 2002). A cura da histeria, nessa perspectiva, seria, portanto, o casamento e a procriação.

Foucault, em sua obra *A História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, define os quatro dispositivos de saber e poder a respeito do sexo²⁹. O quarto item estratégico trata da histerização do corpo das mulheres. Esse processo colocou o corpo das mulheres como integralmente sexual, sujeito a práticas médicas (sob o pretexto de uma patologia que seria intrínseca) e em comunicação com o corpo social, o espaço familiar e o corpo das crianças. Ou seja, um corpo cuja fecundidade deve ser assegurada, cuja família deve ser prioridade e cuja maior responsabilidade é com os filhos. É por isso que quaisquer desvios de conduta com relação aos dispositivos sexuais caracterizam uma sexualidade “anormal”, na qual se incluem os homossexuais, as mulheres histéricas, as esposas frígidas, as mães como “mulheres nervosas”, entre outros.

Percebe-se que acusação de histeria feminina estava atrelada a quaisquer tentativas de rompimento dos papéis de gênero da mulher na sociedade. O único caminho da “sanidade feminina” era se contentar com a maternidade, o casamento e a procriação, mantendo-se guardiãs das virtudes e dos valores eternos (COLLING, 2015, p. 194).

As mulheres rebeldes que reivindicavam direitos civis, políticos e o direito aos seus próprios corpos acabavam condenadas pela sociedade e até banidas das suas famílias. Abdicar dos papéis destinados às mulheres e demonstrar protesto, recusa ou contestação era logo diagnosticado como “crise de loucura” e aquelas que não seguiam os padrões hegemônicos de gênero vigentes não teriam outro fim senão a insanidade

²⁹ Foucault frisa que, apesar da tentativa de se uniformizar as manifestações de sexo, não são todas as sociedades que reduzem o sexo à sua função reprodutiva, a comportamentos heterossexuais e à legitimidade matrimonial. O sexo apresenta múltiplos objetivos e possibilidades, mas no Ocidente, a partir do século XVIII, foi possível distinguir quatro conjuntos estratégicos “que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (FOUCAULT, 1976, p. 98). O primeiro deles é a “socialização das condutas de procriação”, segundo a qual medidas sociais são tomadas em relação a fecundidade dos casais tanto para limitá-la quanto para forçá-la. O segundo é a pedagogização do sexo da criança”, que aponta que quase todas as crianças são suscetíveis a se dedicarem a uma “atividade sexual, uma prática ao mesmo tempo “natural”, mas que traz perigos físicos e morais. A “psiquiatrização do prazer perverso” é quando o instinto sexual é passível de anomalias e, quando isso ocorre, requer tecnologias corretivas (1976, p. 99)

mental e a punição por meio de tratamentos, ostracismo, olhares reprovadores da sociedade e o esquecimento em asilos (SWAIN, 2011).

A luta pela retirada da “histeria feminina” como doença foi uma reivindicação das primeiras manifestações feministas na Inglaterra. É o que aponta Juliet Mitchell, uma das expoentes do feminismo mundial³⁰. Nos anos 1970, as inglesas não consideravam a histeria uma patologia, mas a expressão de um “protofeminismo”, pois antes de haver um movimento político e coletivo denominado “feminismo”, houve protestos pessoais e coletivos de mulheres contra o patriarcado que, como visto, eram tidos como histeria. Segundo Mitchell, nos anos 1950, quando o diagnóstico da histeria, doença considerada “de mulher”, passou a ser atribuída aos homens, essa enfermidade foi caindo em desuso, o que, por um lado demonstra o poder do patriarcado, mas, por outro, mostra também a capacidade de reação das mulheres e dos movimentos feministas a histerização dos seus corpos.

Percebe-se que as punições às mulheres rebeldes não necessariamente eram tratamentos, como não são hoje. A própria sociedade assume o papel de puni-las por meio da exclusão, da reprovação, dos olhares, comentários e disseminação de imagens depreciativas.

Se hoje o suposto desequilíbrio emocional das mulheres não pode mais ser tratado oficialmente como doença, sujeita a tratamentos extremamente violentos, a sociedade e especificamente a mídia encontraram maneiras de justificar e patologizar a “loucura” das mulheres, com o objetivo de manutenção do poder patriarcal. Dessa forma, a histerização das mulheres continua a existir como uma forma de excluir as mulheres do campo da razão, da inteligência e colocá-las no território da natureza, da paixão, do sentimento, levando a desclassificação dos seus pensamentos e ideias, já que as mulheres agem por “impulso” e tem “oscilações de humor” a todo momento.

Com relação à Rousseff, a reportagem afirma que “para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento”, sugerindo uma histeria feminina há tempos refutada pelos psicólogos.

³⁰ JULIET MITCHELL: UM DOS PILARES DO FEMINISMO ATUAL. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u5053.shtml>> Acesso em 21/11/2017.

A reportagem coloca em dúvida a capacidade de uma mulher em lidar com uma forte pressão ao comparar Dilma à rainha Maria I, conhecida não por acaso como “Maria, a Louca”. Ambas as governantes não seriam capazes de aceitar a realidade e de lidar com forte pressão, e, por isso, passavam por surtos de descontrole. Por isso, a reportagem aponta que “não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade”.

Os dispositivos de controle das mulheres se modificaram no tempo, mas é necessário refletir sobre a historicidade das representações sobre elas evidenciando as relações que o presente mantém com o passado. A histerização de Dilma Rousseff é resultado de políticas históricas, como a “natural” loucura feminina, que colocaria as mulheres como contrárias à capacidade de governar, se constituindo em um modelo não ideal de conduta e comportamentos no ato de governar, só possível aos homens.

É curioso como há um padrão duplo: as mesmas emoções, quando demonstradas por homens, são legítimas, pois estes, vistos como mais racionais do que as mulheres, devem sempre ter um “bom motivo” para a raiva ou quaisquer demonstrações de sentimentos. Ao longo da história, a razão foi declarada domínio exclusivo do masculino e a ideia de “natureza feminina” não é senão uma invenção do poder (SWAIN, 2011). A histeria especificamente das mulheres foi, por séculos, uma forma de controlá-las e a seu corpo, as fazendo duvidar acerca de suas próprias memórias, percepções, sentimentos e sanidade.

As fontes responsáveis por tão detalhados relatos na revista *IstoÉ*, que não foram devidamente apurados, são “pessoas próximas e de confiança da presidenta”. Dessa forma, informações de origem considerada duvidosa para o jornalismo sério são utilizadas para criar uma representação estereotipada de mulher louca, histérica e sem condições emocionais para exercer sua função política. Mais uma vez, a capacidade de governar se funde com o comportamento pessoal da presidenta; forja-se uma definição deturpada de Rousseff que contribui para a criação de um universo consensual a respeito dela.

Em rápida pesquisa na internet, encontram-se diversos outros exemplos de manchetes de Rousseff com adjetivos como “durona” (“A guerrilheira durona que se

tornou presidente do Brasil”³¹, “Conhecida como exigente e durona, Dilma reforçou essa 'fama' na Presidência”³²) e controladora (“Dilma controladora e durona deve ter aprendido com erros”)³³.

Percebe-se uma insistência da mídia em mostrar que Rousseff é “durona”, “exigente” e “controladora” como forma de apresentá-la fora das atribuições de gênero tradicionais e naturalizadas. Enquanto mulher, deveria ser frágil, ter opinião contida, ser conciliadora. No entanto, provou-se rígida, de opinião forte, firme em suas posições, quebrando com os estereótipos de gênero³⁴. No imaginário social hegemônico, ser “durona” e “controladora” retira de Rousseff e de todas as mulheres que trabalham, decidem e comandam, a “feminilidade”, a doçura, a suavidade esperada de uma mulher, sobretudo o prazer de ser mulher, enquanto a um homem, ser um presidente “durão” é nada menos que o esperado. retira de Rousseff a “feminilidade” esperada de uma mulher, enquanto a um homem, ser um presidente “durão” é nada menos que o esperado.

A autora Judith Butler aponta que “uma das liberdades fundamentais que precisam ser respeitadas é a liberdade de expressão de gênero” (2017), algo que não ocorreu com relação à mulher no mais importante cargo público do país. Os jornalistas responsáveis pelas reportagens produzem e reproduzem assimetrias de poder entre homens e mulheres quando atribuem valores negativos e depreciativos sobre a conduta de Dilma Rousseff, sobre sua competência e habilidades políticas e administrativas, construindo uma identidade pejorativa, estereotipada e deslegitimada sobre ela.

As formas de representação social, de acordo com Jodelet (2001), estão sujeitas a escolhas linguísticas, condicionadas nestes exemplos ao contexto de campanha pró

³¹ Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/04/politica/1412390139_262174.html> Acesso em 28/09/2017.

³² Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,perfil-conhecida-como-exigente-e-durona-dilma-reforçou-essa-fama-na-presidencia,1515459>> Acesso em 28/09/2017.

³³ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,perfil-dilma-controladora-e-durona-deve-ter-aprendido-com-erros-torcem-aliados,1582059>> Acesso em 28/09/2017.

³⁴ A performatividade de gênero é tratada no livro de Judith Butler intitulado “*Gender Trouble*”. A cada pessoa é atribuído um gênero no nascimento, o que determina na família e nas instituições sociais a maneira de se tratar essa pessoa. Com a atribuição de gênero, um conjunto de expectativas é transmitido, seja menina, seja menino. No entanto, muitas pessoas sofrem com essas atribuições e não desejam atender àquelas expectativas, percebendo a si próprias de maneira diferente da atribuição social que lhes foi dada.

impeachment. Os discursos e as escolhas de palavras não só representam o mundo, como também projetam imaginários, mudanças e geram ações.

7. Considerações finais

O presente artigo apresentou interpretações possíveis a respeito da representação de Dilma Rousseff na imprensa brasileira: na perspectiva da prostituição e estupro, com o uso de uma charge, uma reportagem e um adesivo de carro, e na perspectiva de loucura e histeria, com uma capa de revista e quatro reportagens. A análise das fontes considerando sua historicidade demonstrou a misoginia e o machismo na história, na sociedade brasileira e na imprensa, e permitiu o questionamento da representação das mulheres por esta mídia, que exerce um papel negativo que reforça e perpetua a desigualdade entre os gêneros.

As fontes analisadas que representam Rousseff na posição de prostituta demonstraram que, no Brasil, existe uma cultura do estupro fortemente reproduzida pela grande mídia. A sexualidade das mulheres aparece como forma de deteriorar suas imagens ao reproduzir um estereótipo e atacá-las quando elas ocupam cargos importantes e espaços públicos. Enquanto o espaço privado pertence às esposas, as mulheres que ousam desafiar as instituições e que se submetem a algo a que não pertencem, como a política, são putas, que estão sujeitas ou até merecem ser violentadas sexualmente. Se, no passado, a prostituição se mostrava como um contraponto ao ideal de mulher frágil e submissa, no presente essa relação ainda persiste no imaginário social. Ao desafiar a tradição de que as mulheres devem permanecer no âmbito doméstico e ao sair do lugar historicamente destinado ao seu gênero, Rousseff foi sistematicamente condenada pelas matérias da imprensa, em sua maioria, escritas por homens.

A cultura machista, reforçada e reproduzida pela imprensa, também se manifestou para atacar a sanidade de Rousseff. Observou-se que a histeria feminina, tratada como doença por séculos, deixou de ser patologizada, mas a sociedade ainda permite que mulheres sejam tratadas como instáveis, nervosas, emotivas, incapazes de lidar com a pressão. Além disso, mais uma vez surgiu a discussão sobre os papéis de gênero, pois as mulheres que rompem com esses papéis tradicionais ainda são tachadas

como “loucas”. No século XXI, como demonstra a análise, ainda se atribui a razão ao masculino, enquanto às mulheres resta a emoção incontrolável.

Nessa ordem binária, heteronormativa, androcêntrica e patriarcal em que mulheres são colocadas como coadjuvantes de sua própria história, a erradicação da violência de gênero respaldada e reproduzida pela mídia impressa não é uma tarefa fácil, pois suas causas estão enraizadas em uma estrutura ideológica e social que reforça a assimetria do poder de um gênero sobre o outro.

Ainda há muito a ser feito para que as mulheres possam ser protagonistas das notícias de forma positiva e sem reforçar estereótipos. No Brasil, o monopólio dos meios de comunicação impede as iniciativas que se propõe a democratizar as mídias, o que seria um passo fundamental para o avanço na igualdade de gênero no país.

O próprio golpe contra Dilma Rousseff e a subsequente retomada do poder pelas elites teve importante papel da grande mídia, que contribuiu para a deterioração de sua imagem enquanto mulher e governante incapaz (até emocionalmente) de prosseguir com seu mandato. O *impeachment* de Dilma Rousseff foi o reflexo de uma política marcada pelo machismo, pelo elitismo, pelo peso de sobrenomes de famílias tradicionais, pelo capital e por uma mídia nacional monopolizada.

Para avançar na igualdade entre os gêneros é necessária uma mudança social radical, partindo de novas práticas legislativas, modificação do sistema educacional, de estratégias de representação audiovisual que questionem as representações desiguais entre homens e mulheres, e a democratização dos meios de comunicação. Apenas com a participação democrática e popular na gestão de políticas públicas de comunicação se pode pluralizar as vozes presentes na mídia, diversificar as representações e consequentemente desconstruir o imaginário coletivo sexista que permeia a sociedade.

As consequências que Dilma Rousseff sofreu por desafiar os papéis tradicionais de gênero quando ocupou o mais importante cargo do poder executivo no Brasil marcarão a história do Brasil como uma retaliação midiática massiva.

Fontes

BEDINELLI, Talita. A guerrilheira durona que se tornou presidente do brasil. *El País*, 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/04/politica/1412390139_262174.html>. Acesso em 28/09/2017.

BORGES, Altamiro. Josias de souza e o machismo contra dilma. *Blog do Miro*, 2010. Disponível em <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2010/07/josias-de-souza-e-o-machismo-contra.html>> Acesso em 3/10/2017.

CAVERNI, Alexandre. Conhecida como exigente e durona dilma reforçou essa “fama” na presidência. *Estadão*, 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,perfil-conhecida-como-exigente-e-durona-dilma-reforcou-essa-fama-na-presidencia,1515459>> Acesso em 28/09/2017.

PARDELLAS, Sérgio e BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em <https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/> Acesso em 11/10/2017.

RIBEIRO, Jeferson. Dilma controladora e durona deve ter aprendido com os erros. *Estadão*, 2014. Disponível em < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,perfil-dilma-controladora-e-durona-deve-ter-aprendido-com-erros-torcem-aliados,1582059>> Acesso em 28/09/2017.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara. Mulheres nas eleições de 2014 – elegibilidade, um desafio que permanece. Rio de Janeiro, 2010.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo: Moderna, 2001.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. *Ilustríssima*, 2017. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>> Acesso em 19/11/2017.

BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*. EUA: Simon and Shuster, 1975.

CEPAL: PUBLICACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Naciones Unidas. Chile, 2007.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. *Caderno espaço feminino* - Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

Gênero e Diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e relações étnico-raciais. *Livro de Conteúdo*. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPE SC; Brasília: SPM, 2009.

JODELET, Denise (org). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/61566294/Representacoes-Sociais-Cap-01-Jodelet>> Acesso em 18/09/2017.

JULIET MITCHELL: UM DOS PILARES DO FEMINISMO ATUAL. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u5053.shtml>> Acesso em 21/11/2017.

LAURETIS, Teresa de. *The Technology of Gender*. Indiana University Press, 1987. Pp. 3. Disponível em: <<http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>> Acesso em 18/09/2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro. *Cadernos Pagu* (11) 1998: pp.231-273.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media,1972 In: TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

MIRANDA, Cyntia Mara. Violência de gênero nos meios de comunicação: reflexões preliminares e desafios para superação. In *Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela*. Brasília, DF : Technopolitik, 2017.

MOSCOVICI, S. *La Psychanalyse, son image, son public*. Paris: PUF, 1961.

MORAES, Dênis. Imaginário social e hegemonia cultural. Julho, 2002. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>> Acesso em 22/11/2017.

PAIVA, Vitor. A propaganda pornográfica usada contra Maria Antonieta reflete a imprensa machista e conservadora do século XVIII. Disponível em <<http://www.hypeness.com.br/2016/08/a-propaganda-pornografica-usada-contramaria-antonieta-reflete-uma-imprensa-machista-e-conservadora-desde-o-seculo-xviii/>> Acesso em 12/11/2017.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? Campinas. 2001. Disponível em <<http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-2-PISCITELLI-Adriana-Re-criando-a-categoria-Mulher.pdf>> Acesso em 18/09/2017.

PRIORE, Mary del. Viagem pelo imaginário do interior feminino. *Rev. bras. Hist.* vol.19 n.37 São Paulo Sept, 1999.

RAGO, Elisabeth Juliska. A construção da 'natureza feminina' no discurso médico. *Rev. Estud. Fem.* vol.10 no.2 Florianópolis July/Dec. 2002.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminina, Gênero e História. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998

_____.Descobrimos Historicamente o Gênero. *Cadernos Pagu* (11) 1998, p. 89-98.

ROSSIAUD, Jacques. *A Prostituição na Idade Média*: tradução Cláudia Shilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989.

SÊGA, Rafael Augustus. *O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici*. Anos 90. Porto Alegre, n. 13, julho de 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>> Acesso em 18/09/2017.

SWAIN, Tânia Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. Disponível em: <http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf> Acesso em 08/11/2017.

_____. A Invenção do Corpo Feminino ou “A Hora e a Vez do nomadismo identitário?”. In *Textos de História*, vol. 8, n. 1/ 2, 2000.

_____. Feminismo e recortes do tempo presente: Mulheres em revistas "femininas". São Paulo *Perspec*, vol.15 no.3 São Paulo July/Sept. 2001.

_____. Mulheres indômitas e malditas: a Loucura da Razão. VII Colóquio Interacional Michel Foucault "O mesmo e o outro" 50 anos da História da Loucura. Mulheres indômitas e malditas: a loucura da razão. 2011.

ZANELLO, Valeska. XINGAMENTOS E COMPORTAMENTO SEXUAL. Disponível em <http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/03/blogs/cotidiano/questao_de_genero/2090765-xingamentos-e-comportamento-sexual.html> Acesso em 09/11/2017.

_____. POR QUE XINGAMOS HOMENS E MULHERES DE MODO DIFERENTE? - TEDXUNIVERSIDADEDEBRASÍLIA. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6kCoRgdeNNc>> Acesso em 24/10/2017.